

1937 e 1967

RUBEM BRAGA

1239  
UM amigo me perguntava outro dia se o clima do Brasil de hoje não lembra o de 1937, quando, depois de decretar o «estado de guerra», o governo se preparava para ditar a Constituição do Estado Novo.

Lembra, sim; mas, graças a Deus, é diferente. Algumas diferenças são óbvias. O sr. Getúlio Vargas deu o golpe para permanecer no poder; o marechal Castelo Branco não tem força nem para isso nem para escolher seu sucessor. O fato de ter um prazo certo e curto para acabar é a grande fraqueza e a grande força desse governo. Pode ele fazer violências inúteis, errar à vontade; ninguém pensa em derubá-lo, pois militares e civis estão já voltados para o novo presidente. Esse governo pode fazer tudo, desde que não ameace concretamente continuar. Pode mesmo decretar a Constituição que quiser, desde que ela respeite a data da posse e o tempo de governo do novo marechal. Todos têm o sentimento de que essa Constituição fabricada aos cochichos não obriga a ninguém, nem moral nem historicamente: como se fez essa, se fará outra, se assim convier. Mesmo que ela seja aprovada por um Congresso truncado e em liquidação — o que é duvidoso — não terá legitimidade, será uma papel fraco, sem lastro de respeito.

Acontece hoje o que não acontecia em 1937: a consciência democrática da nação está desperta, viva, atuante. A arbitrariedade e a violência do governo não rendem, psicologicamente falando. O SNI está por toda parte e ninguém dá bola. O sujeito sabe que seu telefone está censurado, mas ele próprio não censura sua conversa. O deputado, o magistrado, o estudante, o operário e até o timorato homem de negócios negam-se a fazer segredo do que pensam — e pensam contra. Não é que todos sejam heróis ou tenham vocação para o martírio; é que ninguém se convence realmente de que não tem direito de pensar com sua própria cabeça. A experiência do Estado Novo desmoralizou o «governo forte», a «segurança nacional», os «superiores interesses da nação», todos os chavões usados para negar ao povo o direito de escolher livremente seus governantes.

As cassações e as ameaças dos IPMs certamente fazem algum efeito; mas o medo que suscitam não é duradouro e não é geral; por mais que o homem de governo feche a cara e fale grosso, ninguém se convence intimamente de sua razão, nem mesmo de sua autoridade. Isso é muito importante, e o marechal Costa e Silva não deve perder de vista esse exemplo: um governo que, montado na própria suficiência e sentado nas próprias baionetas, fez questão de mostrar seu desprezo pela opinião pública, esse governo, apesar de seus repetidos atos de força, tornou-se tão frágil que, na verdade, só se agüenta vivo porque tem dia certo para morrer...

12/11/66